



Conhecimentos e Atitudes de Estudantes Universitários Sobre as Desigualdades no Acesso à Educação em Moçambique

Knowledge And Attitudes Of University Students On Inequalities In Access To Education In Mozambique

Conocimientos Y Actitudes De Los Estudiantes Universitarios Respecto A Las Desigualdades En El Acceso A La Educación En Mozambique.

José Luís Sousa Manjate¹

Félix Salvador Chavane²

Eduardo Humbane³

Artigo Científico

Linha de pesquisa: Política, Planeamento e Gestão da Educação

Resumo

As desigualdades no acesso à educação constituem fenómeno social de grande impacto em Moçambique. Averiguar conhecimentos e atitudes de universitários em relação às desigualdades no acesso à educação foi objectivo deste estudo. 148 estudantes de 7 províncias, divididos em intervalos etários foram

¹ Doutorando em Educação, pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique; Mestre em Saúde Pública, pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique; Licenciado em Ensino de Educação Física e Desporto, pela Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto da Universidade Pedagógica – Moçambique. Docente afecto ao Departamento Pedagógico da Direcção Provincial da Educação de Maputo – Moçambique.sousajos86@gmail.com. Celular e whatsapp: +258 86 780 67 40

² Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – Brasil; Mestre em Actividade Física e Saúde, pela Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. Assistente Universitário da UEM-Moçambique. felix.chavane@uem.mz. <https://orcid.org/0000-0002-6209-2807>

³ Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Goias – Brasil e Mestre em Ciências Sociais e Humanas (Université Paris 8- França). Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo. Ehumbane@up.ac.mz <https://orcid.org/0000-0002-1417-2335>

inclusos, através do *Google form*. O estudo seguiu delineamento transversal, com abordagem mista. Os resultados indicam que, mais da metade dos universitários (66,9%) reside nas cidades e vilas, não obstante todos, incluindo os que residem na periferia e zona rural, demonstrarem conhecimento dos factores determinantes das desigualdades no acesso à educação. Estes reportam que abordar o assunto no geral e nas universidades, em particular, pode ser ideal para redução ou eliminação das desigualdades. Conclui-se que, entre os estudantes, independentemente do grau de importância que se atribui aos factores das desigualdades, todos são nocivos, sobremaneira aos mais desfavorecidos socioeconomicamente.

Palavras-chave: Desigualdades; Educação e Moçambique.

Abstract

Inequalities in access to education constitute a social phenomenon of great impact in Mozambique. This study aimed to investigate the knowledge and attitudes of university students regarding inequalities in access to education. 148 students from 7 provinces, divided into age ranges, were included through a Google Form. The study followed a cross-sectional design with a mixed-methods approach. The results indicate that more than half of the university students (66.9%) reside in cities and towns; however, all, including those residing in the periphery and rural areas, demonstrate knowledge of the determining factors of inequalities in access to education. They report that addressing the issue in general and in universities in particular could be ideal for reducing or eliminating inequalities. It is concluded that, among students, regardless of the degree of importance attributed to the factors of inequality, all are harmful, especially to the most socioeconomically disadvantaged.

Keywords: Inequalities; Education and Mozambique.

Resumen

Las desigualdades en la educación mozambiqueña tienen un impacto negativo. Este estudio tuvo como objetivo investigar el conocimiento y las actitudes de los estudiantes universitarios con respecto a las desigualdades en el acceso a la educación. Se incluyó a 148 estudiantes de 7 provincias a través de un formulario de Google. El estudio siguió un diseño transversal con un enfoque de métodos mixtos. Más de la mitad de los estudiantes universitarios (66,9%) residen en ciudades y pueblos; sin embargo, todos, incluidos los que residen en la periferia y las zonas rurales, demostraron conocimiento de los factores determinantes de las desigualdades en el acceso a la educación. Informan que abordar el problema en general y en las universidades en particular podría ser ideal para reducir o eliminar las desigualdades. Se concluye que todos los factores de desigualdad son perjudiciales, especialmente para los más desfavorecidos socioeconómicamente.

Palabras clave: Desigualdades; Educación y Mozambique.

Introdução

As desigualdades no acesso à educação constituem um fenómeno social de grande impacto nas sociedades, contudo, aquando da realização desta pesquisa, poucos estudos sobre a temática foram achados na literatura abordando o contexto moçambicano. Este cenário, das desigualdades, é visivelmente patente em quase todos os subgrupos populacionais, com particular destaque para estudantes universitários. As

relações históricas da humanidade mostram, apoiado em evidências, a grande prevalência de desigualdades sociais, que resultam de processos relacionais na sociedade no geral e nas comunidades e famílias em particular.

Por isso, mundialmente, a preocupação em desvendar os aspectos que concorrem para a existência das desigualdades sociais é cada vez maior na humanidade, na medida em que vários estudos relatam que o fenómeno remonta há séculos transpostos, decorrente do surgimento de sociedades organizadas, acumulação privada de riquezas e a institucionalização das hierarquias sociais. Este quadro encontra maior respaldo, na medida em que, as desigualdades sociais exercem um papel opressor entre indivíduos da mesma espécie, manifestando-se de várias formas, contudo a luta de classes e de género para a sua afirmação tem sido de grande expressão nesta contenda (Marx e Engels, 2000; Santos, 2006).

O fenómeno das desigualdades sociais é histórico e estrutural, carregando consigo disparidades de acesso a recursos como renda, educação, saúde, moradia e oportunidades diversas, limitando e determinando o *status quo* e as classes sociais, interferindo, deste modo, na distribuição e/ou acesso aos recursos primários para uma vida de qualidade e inclusiva, por outro lado, interferindo nas liberdades de expressão, de escolha, bem como no direito e acesso às condições básicas para a sobrevivência, incluindo o trabalho, a saúde, a educação, a habitação e o saneamento básico (Abú, 2016; World Bank Group, 2016; Cambaza, 2023).

As razões acima têm desencadeado um grande debate secular na busca pela justiça social, sempre com um olhar no desenvolvimento integral e sustentável da humanidade, almejando uma qualidade de vida, norteadas pela igualdade, liberdade e fraternidade para todos os seres humanos, independentemente do sexo, idade, cor da pele, etnia ou grupo linguístico (Marx e Engels 2000).

Na educação, em geral, as desigualdades sociais encontram um espaço fecundo, porquanto se destacam vários aspectos concorrentes para o seu florescimento, com maior realce para as questões mais abrangentes ligadas ao género, até as específicas referentes aos aspectos de disparidades regionais, infraestruturais, acessibilidade, qualidade de ensino, qualidade na preparação de professores, disponibilidade de materiais didáticos, incluindo a própria pedagogia responsiva ao género (Ribeiro, 2015; Melo e Subuhana, 2020; MGN consultoria, 2025).

Como um dos corolários da independência de Moçambique, a educação do povo esteve no primeiro plano do governo, desde a primeira constituição da República

Popular em 1975, onde era tida, não apenas como um direito, mas igualmente, um imperativo para o desenvolvimento do país. Pode se ler nesta constituição, no artigo 31º, que o trabalho e a educação constituem direito e dever do cidadão. Esta [a educação] era vista como meio para corrigir o atraso deixado pelas desigualdades estabelecidas e cimentadas pelo governo colonial português (Governo de Moçambique, 1975; Melo e Subuhana, 2020).

Esta visão do governo de Moçambique sobre a educação pós-independência, que preconiza que as escolas deviam ser o centro de divulgação da cultura e da ciência, sem, no entanto, deixar espaço para a proliferação do racismo ou da desigualdade, fez com que o número de alunos que frequentavam as escolas aumentasse significativamente, chegando a quatro vezes mais em 1980, se comparado com o ano da independência. Anote-se que, para além de se estabelecer maior acesso escolar aos moçambicanos no geral, paralelamente o número de raparigas a frequentar o ensino subiu de cerca de 33% em 1975 para cerca de 43% em 1980 (Melo e Subuhana 2020).

Não obstante o crescimento percentual de moçambicanos a frequentarem as escolas em cerca de 300%, incluindo neste grupo operários e camponeses, o incremento da rapariga e da mulher na educação continuou relativamente baixo com uma percentagem de cerca de 10%, denotando a prevalência de disparidades no acesso escolar entre homens e mulheres, sobretudo nos primeiros 5 anos após a independência, constituindo, deste modo, um indicador importante do trabalho que ainda deve(ia) ser feito para se garantir a igualdade e a redução das desigualdades sociais entre homens e mulheres, bem como a nível regional e entre as zonas urbanas e rurais (Quimuenhe, 2018; Melo e Subuhana, 2020).

No período entre as Constituição da República de Moçambique, nomeadamente a de 1975, de 1990 e a de 2004 foram introduzidas várias orientações sobre a educação e, especificamente, três leis do Sistema Nacional da Educação, nomeadamente a lei 4/83 de 23 de março, a lei 6/92 de 26 de maio e a lei 18/2018 de 28 de dezembro, para além de duas leis do Ensino Superior especificadamente a lei 27/2009, de 29 de setembro e a lei 1/2023 de 17 de março.

Todas as leis e os vários regulamentos definem como objetivos e princípios a erradicação do analfabetismo, a introdução da escolaridade obrigatória, a formação

profissional, a inclusão, a equidade, a igualdade, não discriminação, a democracia e o respeito pelos direitos humanos, bem como apregoam que a educação é um direito e dever de todos os cidadãos, traduzindo a ideia da igualdade de acesso e de oportunidade para todos, por isso, livre das desigualdades (República de Moçambique, 2009; Quimuenhe, 2018; República de Moçambique, 2018; República de Moçambique, 2023).

Ainda sobre a importância da educação na redução das desigualdades, o Governo de Moçambique (2001) ressalta através do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta, que para além desta [a educação] ser um dos direitos básicos da humanidade, por isso universalmente reconhecida no combate à pobreza, contribui no desenvolvimento humano, aumentando capacidades dos pobres e promovendo a equidade social, regional e de género.

O Plano Estratégico da Educação 2019-2029 (PEE 2019-2029) reconhece que, ainda que as leis do sistema anteriores a lei 18/2018, de 28 de dezembro, e esta inclusa, preconizem a igualdade de acesso à educação em todos os subsistemas através da inclusão de todos os indivíduos, independentemente de qualquer situação social, prevalecem desafios no acesso e retenção da rapariga na escola, por isso, várias estratégias e atividades tem sido desenvolvidas com vista a aumentar a percentagem de ingresso e de conclusão de níveis escolares por parte destas, bem como o próprio PEE aborda a questão de género em todos os programas de forma transversal (Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2020).

Ainda sobre a temática, a Unesco (2020) refere que, não obstante os avanços, melhorias e conquistas que o sector tem registado, a rapariga continua a enfrentar barreiras para a educação, que incluem as uniões prematuras, a gravidez precoce e a discriminação em função do género, o que resulta em taxas de matrícula, retenção e conclusão escolar mais baixas para as raparigas em comparação com os rapazes. Os argumentos acima permitem que se infira que as desigualdades sociais, marcadas pelos fatores socioeconómicos e culturais, que incluem a pobreza, os ritos de iniciação, as uniões prematuras e suas consequências, o fraco acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento, a fraca oferta de infraestruturas, o deficiente financiamento à educação, as políticas de inclusão pouco claras, bem como a informação insipiente para os cidadãos continua a exercer grande pressão sobre a almejada igualdade no acesso à educação.

Aliado aos aspectos supramencionados, a demanda premente de uma consciência colectiva e individual sobre o problema das desigualdades sociais no acesso à educação, bem como suas consequências para a sociedade, permite que se cogite que populações especializadas ou em especialização, como é o caso de estudantes universitários, sejam um recurso viável para o estabelecimento de premissas para o combate às desigualdades sociais na educação.

Espera-se que o presente estudo, cujo objetivo é de averiguar os conhecimentos e as atitudes dos estudantes universitários em relação às desigualdades no acesso à educação em Moçambique, possa permitir uma análise sobre esta realidade na educação moçambicana, gerando *insights* para produção de políticas públicas e ações que visem a prevenção e eliminação destas práticas.

Metodologia

No âmbito do desenvolvimento de pesquisas são utilizadas diversificadas ferramentas de recolha de dados, contudo a plataforma *Google Form*, tal como as outras ferramentas, mostra-se bastante relevante por apresentar um grande potencial em relação as pesquisas a distância e por possuir um vasto campo de abrangência, para além de seguir a tendência atual da evolução tecnológica (Mota, 2019; Andres, et al., 2020).

Para a realização desta pesquisa, a recolha de dados foi feita através do *Google forms*, onde se depositou um questionário com perguntas de respostas abertas curtas, respostas abertas longas, múltipla escolha e caixas de seleção. Refira-se que a divulgação do mesmo à população-alvo foi conseguida por meio dos profissionais do sector da educação que trabalham em todas as províncias de Moçambique e pelos docentes de algumas Instituições de Ensino Superior, através do *e-mail* e da plataforma *WhatsApp Messenger*.

O questionário, que consistiu em 18 perguntas concebidas com base na revisão de literatura e experiências dos pesquisadores em relação às desigualdades sociais, esteve disponível *online* durante 23 dias, de 7 a 30 de julho. O critério de seleção dos estudantes participantes baseou-se na aceitação em participar da pesquisa através do “clique” no botão sobre o termo de consentimento livre e esclarecido, que constou da plataforma de recolha de dados. Refira-se que o outro critério previamente definido

era ser estudante universitário e, para o efeito de autoidentificação, o estudante devia declarar obrigatoriamente, indicando a Instituição de Ensino Superior que frequentava na plataforma.

Foi garantida a não duplicação da participação e a anonimização de todos os participantes, através da seleção de uma só resposta por participante e da desativação da opção de notificação por *e-mail* para cada respondente. Assim, com base nos critérios acima e, depois da saturação temporal de permanência do questionário aberto no *Google Form* devido à falta e/ou redução da adesão, foram inclusos 148 estudantes universitários de sete (7) províncias do país, abrangendo as três regiões, nomeadamente a região norte, centro e sul. Foram definidos quatro (4) intervalos etários dos participantes, especificadamente de 17 a 25 anos, de 26 a 35 anos, de 36 a 45 anos e de 46 anos em diante. 63,5% dos estudantes participantes são do sexo feminino e 34,5% são do sexo masculino.

Toda a investigação científica é norteada por uma teoria que opera a partir de um conjunto de pressupostos epistemológicos, metodológicos, ontológicos, que incluem o estudo sobre a natureza humana. Estes pressupostos determinam os tipos e desenho dos estudos, para além de orientarem o caminho a ser escolhido para a análise de dados, podendo ser qualitativos ou quantitativos (Teixeira, 2003). O conhecimento contido na abordagem de Teixeira (2003), concretamente, o inerente ao seu desenho, a abordagem e a respectiva análise foram a base utilizada nesta pesquisa.

Para o efeito, este estudo, de delineamento transversal, seguiu uma abordagem quantitativa e qualitativa, onde foram descritos, sucintamente, os principais achados relativos aos conhecimentos e atitudes dos estudantes universitários em relação ao acesso à educação em Moçambique. Para a análise de dados, as respostas obtidas no *Google Form* foram exportadas para folha de cálculos do Excel, onde foi previamente feita uma análise exploratória para a exclusão de participantes que não responderam a questões relativas ao conhecimento e as atitudes. Em seguida, os dados foram codificados e posteriormente transferidos para o *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*, versão 20.0.

No SPSS foi executada a estatística descritiva, nomeadamente o cálculo de frequências e proporções para todas as variáveis categóricas e categorizadas, a um intervalo de confiança de 95%, sobre as respostas demográficas e as relacionadas com o

conhecimento e atitudes dos estudantes universitários sobre as desigualdades sociais no acesso à educação em Moçambique. Refira-se que foi, igualmente, aplicado o teste de *qui-quadrado* a 5% de significância, para verificar a associação entre os fatores que determinam as desigualdades sociais no acesso à educação (domínio do conhecimento) e o grau de importância atribuída pelos estudantes no que concerne a abordagem das desigualdades no acesso à educação (domínio das atitudes).

Para a compulsão dos dados qualitativos, decorrentes das respostas a perguntas abertas, foi aplicada a análise de conteúdo, tendo se explorado e interpretado as principais respostas e atribuído padrões que permitiram a atribuição de significados conducentes a compreensão das ideias dos respondentes.

Resultados e Discussão

No presente estudo, que se propõe a averiguar os conhecimentos e atitudes de estudantes universitários em relação às desigualdades sociais no acesso à educação em Moçambique, participaram 148 graduandos e pós-graduandos, que cobriam os critérios ora estabelecidos para a inclusão. Destes, 68 são do sexo feminino, correspondendo a 63,5%, 24 são do sexo masculino, perfazendo 34,5% e 3 (2%) preferiram não revelar o seu sexo. Os estudantes participantes desta pesquisa foram subdivididos em quatro (4) intervalos etários, sendo de 17 a 25 anos, com uma participação total de 94 estudantes, correspondendo a 63,5%, de 26 a 35 anos foram inclusos 38 estudantes, constituindo 25,7%, de 36 a 45 anos, responderam 13 estudantes, condizendo 8,8% e finalmente, de 46 anos em diante participaram 3 (2%) estudantes. A tabela 1, que se segue abaixo, ilustra os resultados ora narrados.

Tabela 1: Distribuição dos indivíduos em função do sexo e do intervalo etário.

INTERVALO ETÁRIO	De 17 a 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	46 anos em diante	Total
Feminino	68	18	7	1	94 (63,5)
Masculino	24	19	6	2	51 (34,5%)
Preferiu não dizer	2	1	-	-	3 (2%)
Total	94 (63,5%)	38 (25,7%)	13 (8,8%)	3 (2%)	148 (100%)

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa

A descrição da informação demográfica acima, confirma a tendência constante em vários estudos que socorreram-se de plataformas *online* para a recolha de dados, onde passados aproximadamente 15 dias depois da disponibilização do questionário, deu-se a saturação da adesão por parte da população-alvo, por outro lado, pesquisas com estudantes revela maior interesse do sexo feminino em responder ao questionário, quando comparado com funcionários públicos, que despertaram maior vontade em indivíduos do sexo masculino (Autores, 2020; Pedroso, et al., 2021; Santos, 2024).

Em várias pesquisas, a faixa etária dos estudantes parece convergente, sobretudo quando feita a análise estratificada em função do ano e do programa de frequência. Neste estudo, nota-se claramente que no intervalo de idades entre 17 a 25 anos encontra-se maior número de participantes (63,5%), seguida dos indivíduos com idades compreendidas entre 26 a 35 anos, com 25,7%, corroborando com estudos conduzidos por Pedroso, et al. (2021), Santos (2024) e Filho, et al. (2025).

Com base nos achados acima, pode-se observar que a utilização das plataformas *online* para recolha de dados tem seu interesse e adesão nos primeiros 15 dias depois da distribuição e divulgação do instrumento, para além de granjear maior interesse entre a população mais jovem, se comparado com as faixas etárias subsequentes. Mais ainda, vale aludir que indivíduos de cursos de graduação e do sexo feminino demonstram maior sensibilidade em responder a questionários distribuídos em plataformas deste formato, pelo menos se avaliado a partir do presente estudo e dos já referenciados.

Foram registadas disparidades numéricas dos participantes por província e ano de frequência, sendo a província de Maputo a que registou maior participação com 117 (79,1%), seguida da província de Nampula com 10 (6,8%), Inhambane e Cabo Delgado com 5 (3,4%) cada, Zambézia com 3 (2%) e a província de Gaza com 1 (1,4%).

Aquilatado o ano ou programa de frequência dos estudantes, pode se vislumbrar que a maior parte dos participantes faziam um curso de graduação, tendo se registado do primeiro ao quarto ano as seguintes cifras respectivamente: [41 (27,7%); 46 (31,1%); 29 (19,6%) e 27 (18,3%)]. A pós-graduação contribuiu com 5 estudantes, sendo quatro (4) que frequentavam um programa de mestrado e um (1), um programa de doutoramento.

Relativamente a área de residência, a maior parte dos estudantes mora no centro da cidade, vilas municipais e/ou distritais e na periferia da cidade respectivamente [58 (39,2%); 41 (27,7%) e 37 (25%)] e 12 (8,1%) reside na zona rural. As tabelas 2 e 3 descrevem os dados relativos à proveniência e aos anos e/ou programa de frequência dos participantes da pesquisa.

Tabela 2: Relação dos participantes da pesquisa em função da província de origem e do ano de frequência na IES

PROVÍNCIA	ANO OU PROGRAMA DE FREQUÊNCIA NA IES						Total
	Primeiro-G	Segundo-G	Terceiro-G	Quarto-G	Mestrado-PGI	Doutoramento-PGII	
Maputo	36	37	27	13	3	1	117 (79,1%)
Gaza	-	1	-	1	-	-	1 (1,4%)
Inhambane	1	2	-	1	1	-	5 (3,4%)
Zambézia	1	-	-	2	-	-	3 (2%)
Nampula	1	3	1	5	-	-	10 (6,8)
Niassa	1	2	-	3	-	-	6 (4,1%)
Cabo Delgado	1	1	1	2	-	-	5 (3,4%)
Total	41 (27,7%)	46 (31,1%)	29 (19,6%)	27 (18,3%)	4 (2,7%)	1 (0,7%)	148 (100%)

Legenda: G-Graduação; PGI-Primeiro nível de pós-graduação; PGII-Segundo nível de pós-graduação

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa

Os resultados da proveniência dos estudantes participantes da pesquisa revelam uma tendência esperada, sobremaneira tendo em vista o assunto em análise cujo o foco são as desigualdades. Aliás, é de todo interesse reslumar que as desigualdades se manifestam de várias formas, incluindo aspectos que determinam a coexistência social, a continuidade da vida e o acesso a recursos diversos, que incluem os digitais (Santos, 2006; Osório e Macuacua, 2013; Machado, 2015).

Santos (2006) refere que a face mais visível das desigualdades digitais se configura pela privação do acesso da população mais pobre ao computador, à *internet* e aos conhecimentos básicos para a sua utilização, num mundo cada vez mais tecnológico e que dela depende para se conectar e desenvolver, estabelecendo, deste modo, a existência de uma minoria “*info-rica*” que se tem beneficiado, competitivamente destes recursos, renegados aos mais pobres, que na sua maioria se concentra em zonas rurais.

O conhecimento supra referenciado confirma a propensão patente neste estudo, onde percebe-se uma forte tendência de concentração dos indivíduos que participaram desta pesquisa, baseada na plataforma digital *Google form*, nas províncias de Maputo e

Nampula, primeira e terceira maiores cidades do país, por outro lado, maior parte dos estudantes revela estar a viver em áreas urbanizadas, nomeadamente no centro da cidade, nas vilas municipais e distritais, em detrimento da periferia e das zonas rurais.

Neste enquadramento, deve se lembrar que o peso das desigualdades faz-se sentir mais em zonas rurais ou distantes das cidades, onde as oportunidades são diminutas e injustas, se comparado com as grandes cidades e vilas, para além da influência dos factores étnico e regionais que é mais forte nessas áreas residenciais (Santos, 2024; Machado, 2015).

Tabela 3: Distribuição dos indivíduos amostrados em função da área de residência

Área de residência	Frequência	Percentagem
Rural	12	8,1%
Centro da cidade	58	39,2%
Periferia da cidade	37	25%
Vila municipal ou distrital	41	27,7%
Total	148	100%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Relativamente aos conhecimentos sobre as desigualdades sociais no acesso à educação em Moçambique, os participantes foram questionados sobre o conceito que tinham em relação a temática, tendo a maioria convergido ao afirmar que se tratava de distribuição desigual e injusta das possibilidades de acesso e acessibilidade à escola, tendo avançado que, na maior parte das vezes, este cenário é fundamentado pela pobreza e localização dos indivíduos.

Vale aqui destacar que, dentre as respostas dos estudantes participantes desta pesquisa, os termos como pobreza, diferenças socioeconômicas, de género, étnicas, localização residencial, favorecimento de determinados grupos em detrimento dos outros e injustiça social foram de maior convergência. Pode se notar, a título de exemplo, a resposta de um dos estudantes, que coloca o conceito nos seguintes termos:

A desigualdade no acesso à educação pode ter consequências negativas para os indivíduos e para a sociedade como um todo. Pessoas que não têm acesso à educação de qualidade podem enfrentar dificuldades em encontrar emprego, ganhar uma renda adequada e alcançar o seu pleno potencial. Além disso, a desigualdade no acesso à educação pode perpetuar a desigualdade social e contribuir para a perpetuação de padrões de discriminação e exclusão (Estudante 1, 08/07/2025).

Ainda sobre a mesma questão, foram anotadas respostas conducentes a análise da capacidade de o país prover uma educação e acesso à mesma de forma justa, equitativa e com qualidade para todos, quando se avança com a ideia da falta de meios para o estado garanti-la, bem como o favorecimento pessoal e regional na distribuição de Instituições de Ensino e oportunidades que abarquem todos os subsistemas de educação e indivíduos. Pode se atestar estas acepções nas respostas dos estudantes abaixo.

Entendo que desigualdade no acesso à educação é a forma como o estado não consegue gerir de forma transparente as demandas da sociedade, no que concerne ao acesso à educação. No ensino superior, em particular, é onde há muito nepotismo e só quem [tem] *links* ou padrinhos no aparelho do estado consegue admitir ou ganhar bolsas de estudo (Estudante 42, 08/07/2025).

Por outro lado, o estudante abaixo diz que:

A desigualdade no acesso à educação refere-se às diferenças e injustiças que existem entre pessoas ou grupos no que diz respeito à oportunidade de frequentar a escola, ter ensino de qualidade e concluir os estudos. Essas desigualdades podem ser causadas por factores [...] como por exemplo: crianças em zonas rurais, [que] muitas vezes têm menos escolas ou professores qualificados; famílias pobres podem não conseguir pagar material escolar ou transporte; meninas ou crianças com deficiência podem sofrer discriminação e abandonar a escola mais cedo (Estudante 83, 09/07/2025).

Na tabela 4 são descritos os conhecimentos dos participantes, inerentes aos fatores que contribuem para a proliferação das desigualdades no acesso à educação em Moçambique, bem como o domínio cognitivo dos estudantes em relação ao impacto que as desigualdades podem conferir à educação.

Conforme ilustrado, a pobreza é indicada como o maior fator que contribui para as desigualdades no acesso à educação, seguida de factores combinados, que incluem a pobreza, o local de residência, género e etnia: [52 (35,1%) e 49 (33,1%)] respectivamente. Mais ainda, dentre os respondentes 24,3% aponta a pobreza e o local de residência com sendo causadores das desigualdades, enquanto cerca de 7,4% acredita em múltiplos fatores, que incluem a corrupção, deficiência, conflitos armados, desastres naturais e o acesso às tecnologias, para além dos fatores acima referenciados. 95,9% dos indivíduos que responderam a esta pesquisa indicam que estas desigualdades sociais afetam a qualidade da educação moçambicana e, apenas, 4,1% refere que as desigualdades não têm qualquer interferência na qualidade da educação.

As respostas dos estudantes relativamente ao conceito de desigualdades sociais no acesso à educação e seus fatores corroboram com os achados de Santos (2006),

Machado (2015) e Cambaza (2023), quando sumarizam quatro tipos de desigualdades, nomeadamente vitais, existenciais, de recursos e digitais.

Em termos práticos, estas desigualdades decorrem da exposição ou não a riscos fatais, ou seja, referem-se as condições que os indivíduos têm de manter o intervalo entre a vida e a morte, incluindo os indicadores sobre a esperança de vida e mortalidade, ao atendimento em termos de serviços básicos, que incluem a educação e a saúde de indivíduos de rendas baixas em comparação com os abastados, ao acesso às oportunidades para a autoafirmação por meio de serviços públicos, para além dos encargos relacionados com o acesso aos produtos provindos do esplendor da tecnologia (Santos, 2006, Machado, 2015 e Cambaza, 2023).

Sousa e Sousa (2025) reforçam os depoimentos dos estudantes desta pesquisa ao afirmar que muitas escolas em Moçambique continuam a enfrentar problemas de infraestruturas, com salas inadequadas, falta de bibliotecas, saneamento do meio, sanitários obsoletos e quase não funcionais, meios didáticos entre outros aspectos de suma preponderância no Processo de Ensino-Aprendizagem, com maior realce em zonas rurais em comparação com as zonas mais urbanizadas. Adiciona destacando que este cenário constitui um desafio acrescido para a rapariga, justamente pelas suas peculiaridades biológicas e construções socioculturais relativas à sua postura.

Essa interpretação é acrescida por Bonde e Matavel (2022), ao referir que outro aspecto que exacerba as desigualdades sociais é o modelo de financiamento ao sector da educação, que privilegia a educação primária em detrimento da educação secundária e outros subsistemas, fazendo com que o acesso a este nível seja seletivo devido as distâncias, aliadas as condições financeiras e as construções socioculturais sobre a rapariga e o rapaz.

A discussão dos interlocutores desta pesquisa e a literatura da especialidade, desnuda de forma diáfana, através dos conhecimentos nela contidos, o que se compreende sobre as desigualdades no acesso à educação em Moçambique, bem como o detalhe, através da indicação dos fatores proeminentes, expede a necessidade de se verificar que passos este subgrupo populacional, diga-se privilegiado, pelo menos no acesso aos conhecimentos, pode dar ou emprestar à mudança paradigmática no

atendimento à educação, no que a intervenção à favor da igualdade de acesso diz respeito.

Entende-se que o estudante universitário se encontra num espaço de vantagem, pelo menos enquanto futuro profissional e/ou académico e que possa ser um agente mobilizador de massas e políticas, para além da sua própria intervenção direta nas sociedades, porquanto se espera que tenha a dimensão real do quão nefasta é a desigualdade inserida numa sociedade.

Tabela 4: Descrição de conhecimentos dos estudantes sobre os fatores que contribuem para as desigualdades.

CONHECIMENTOS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO ACESSO À EDUCAÇÃO		
Respostas	Nº Respondentes	% Respondentes
<i>Quais os fatores que contribuem para as desigualdades no acesso a educação em Moçambique?</i>		
Um fator (predominante a Pobreza)	52	35,1%
Dois fatores (predominante a pobreza e o local de residência)	36	24,3%
Mais de três fatores (inclui a pobreza, local de residência, género e etnia)	49	33,1%
Múltiplos fatores (inclui a corrupção, deficiência, conflitos armados, desastres naturais, acesso às tecnologias)	11	7,4%
<i>Acredita que as desigualdades afetam a qualidade da educação em Moçambique?</i>		
Sim	142	95,9%
Não	6	4,1%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa

Os domínios cognitivo, afetivo e comportamental, marcados por crenças, valores e juízos conducentes à ação, podem determinar atitudes de indivíduos em relação às desigualdades sociais, vistas como um pressuposto social. Neste estudo, quando questionados sobre a relevância de se abordar as desigualdades no acesso à educação em Moçambique, a maior parte dos estudantes 136 (91,6%) respondeu ser muito importante e abaixo de 1,5% afirmou ser pouco ou não importante.

Sobre as crenças e o juízo que os estudantes fazem em relação ao papel que as universidades podem prestar à educação no âmbito da redução das desigualdades, 91,2% (135) acredita que estas instituições podem prestar um papel importante, entretanto, 6,8% (10) referem não saber se as universidades estariam em condições de servir à educação prestando-a serviços de interesse na redução das desigualdades e uma cifra marginal de 2% afirmou taxativamente que as Instituições de Ensino Superior não têm qualquer papel preponderante na redução das desigualdades no acesso à educação.

Indagados sobre suas experiências ou vivenciadas sobre outrem em relação ao enfrentamento das desigualdades sociais no acesso à educação, as respostas dos estudantes apontam para 68,2% (101) de indivíduos que já tinham vivenciado ou testemunhado cenários de desigualdades no acesso à educação e 31,8% (47) que afirmaram nunca ter vivenciado quadros similares. Os dados são melhor discriminados na tabela 5, que se segue abaixo.

Os indivíduos que responderam já ter vivenciado e/ou testemunhado cenários de desigualdades no acesso à educação (68,2%), descreveram a pobreza real, que se desdobra pela falta de condições financeiras para sustentar a continuação da escolaridade, as distâncias escola secundária-casa-escola secundária, a localização das residências, a segregação baseada na etnia, a discriminação baseada na deficiência, entre outros aspectos, como sendo os mais registados nas comunidades.

Pode-se vislumbrar na resposta de um inquerido que afirma ter conhecido alguém que “não conseguiu ter acesso a universidade, [porque] não há vagas suficientes e não havia condições financeiras para matricular-se na universidade privada” (Estudante 49, 08/07/2025).

Ainda sobre a mesma temática, o outro estudante que respondeu ao questionário, disse ter tido contacto com uma coetânea que “por falta de condições financeiras, [...] parou de estudar (nesse caso era uma mulher), quando passou para o ensino secundário, porque a escola era distante (Estudante 59, 09/07/2025).

Os outros dois interlocutores neste estudo remataram afirmando “não poder estudar por não ter condições financeiras, não poder assistir às aulas [...] porque existem regras que foram criadas, regras essas que só se estendem aos que “não são nada”, por não ter pais ricos” (Estudante 82, 09/07/2025). E o outro asseverou que:

Sim, conheço o caso do meu primo que é autista. Ele enfrentou várias dificuldades no acesso à educação, principalmente pela falta de professores capacitados para lidar com alunos com necessidades especiais, ausência de materiais adaptados e a pouca compreensão da comunidade escolar sobre o autismo. Além disso, faltam escolas com infraestrutura inclusiva, o que acaba excluindo muitas crianças com deficiência do sistema educativo regular (Estudante 97, 09/07/2025).

Tabela 5: Descrição das atitudes dos estudantes sobre as desigualdades sociais no acesso à educação

ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS DESIGUALDADES NO ACESSO A EDUCAÇÃO		
Respostas	Nº Respondentes	% Respondentes

<i>Acha importante abordar as desigualdades no acesso a educação em Moçambique?</i>		
Muito importante	136	91,9%
Importante	10	6,8%
Não é importante	1	0,7%
Pouco importante	1	0,7%
<i>Acredita que as universidades têm um papel importante na redução das desigualdades na educação?</i>		
Sim	135	91,2%
Não	3	2%
Não sei	10	6,8%
<i>Já enfrentou ou conhece alguém que enfrentou dificuldades no acesso a educação devido às desigualdades?</i>		
Sim	101	68,2%
Não	47	31,8%

Legenda: (%) -porcentagem

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa

Quando solicitados para informar o que achavam sobre o que se devia fazer para a redução das desigualdades no acesso à educação em Moçambique, os estudantes destacaram vários aspectos de âmbito socioeconómico e cultural, com maior ênfase para a necessidade de se levar todos os subsistemas de educação para toda a extensão territorial, a inclusão de aluno/as com certo grau de vulnerabilidade, o financiamento parcial e/ou total à todos os subsistemas de educação pelo estado, a construção de instituições escolares bem equipadas, quer sejam pública e/ou privadas em todo o país, o estabelecimento de oportunidades e condições iguais para todo/as, a atribuição de bolsas de estudos com base em critérios de mérito e a valorização de todos os grupos étnicos no país. Os dizeres acima encontram respaldo em vários desabafos dos participantes da pesquisa, como se pode depreender do estudante que afirma o seguinte:

Para melhorar o acesso à educação em Moçambique, é necessário construir mais escolas próximas das comunidades, oferecer transporte escolar, fornecer alimentação e material escolar gratuito, investir na formação de professores, usar línguas locais no ensino inicial, combater a discriminação de género e sensibilizar as famílias sobre a importância da educação, especialmente para as raparigas. Também é importante garantir segurança nas zonas de conflito e melhorar as infraestruturas escolares (Estudante 123, 11/07/2025).

Como se pode vislumbrar, para além dos aspectos corriqueiros, paira a necessidade de se tomar em conta o combate à insegurança, sobremaneira em zonas de conflitos armados, aliado à necessidade de se estabelecer ações de prontidão e de assistência em casos de desastres naturais, ambos os aspectos considerados fatores de desigualdades sociais, que podem interferir no acesso e na qualidade da educação.

De acordo com Chahini (2016), cada pessoa desenvolve comportamentos que derivam de valores assimilados durante o processo de desenvolvimento, que podem se manifestar em predisposições para gostos ou desgostos, afinidades ou aversões por determinadas situações ou cenários. Estas características servem de alicerce para a formação de ideias consistentes, que fundamentam a base para tomada de decisões sociais duradouras, transformadoras e coerentes.

Com base neste conceito, pode se interpretar que a maior parte dos estudantes participantes nesta pesquisa demonstra atitudes favoráveis à mudança do panorama das desigualdades que afetam a educação moçambicana, sobretudo no que diz respeito ao acesso e a qualidade, quando revelam o reconhecimento da importância de se abordar o assunto nas instituições de ensino, particularmente nas universidades, bem assim quando destacam a importância que as universidades podem ter na redução desta problemática e o reconhecimento de alguma vez terem enfrentado e/ou conhecido alguém que já tenha enfrentado as desigualdades na educação.

Esta maneira de pensar, sentir e a predisposição para agir em relação às desigualdades no acesso à educação comprova a tendência que muitos estudos demonstram em relação aos estudantes universitários, sobretudo quando se trata de episódios de segregação social, fortalecendo a ideia da revolta e da necessidade de se reverter o quadro discriminatório, próprios de estudantes universitários em idade juvenil (Neves e Lima, 2007; Santana, 2013).

Na tabela 6 é ilustrada a relação que os estudantes universitários estabelecem entre os fatores que determinam as desigualdades sociais no acesso à educação em Moçambique e a importância que cogitam haver sobre a sua abordagem no sector. Conforme se pode anotar, independentemente dos fatores predominantes, a maior parte dos estudantes 91,9% (136) referem ser muito importante tratar da temática e abaixo de 2% indicam existir pouca ou nenhuma preponderância de se falar sobre o assunto.

Os achados da relação acima relatada revelam não existir qualquer diferença estatisticamente significativa, conforme atestam os valores de prova ($X^2 = 12.948$: $p > 0.163$), emprestando a ideia de não se ter evidências suficientemente fortes para afirmar que os fatores avançados nesta pesquisa para as desigualdades no acesso à

educação em Moçambique determinam o grau de importância atribuída pelos estudantes, ou seja, independentemente da importância por eles atribuída, todos os fatores exercem pressão para as desigualdades no acesso à educação.

Tabela 6: Descrição das atitudes dos participantes da pesquisa relativamente ao conhecimento dos factores que provocam as desigualdades na educação

Factores das desigualdades sociais na educação	Acha importante abordar as desigualdades no acesso a educação em Moçambique?				Total
	Muito importante	Importante	Não importante	Pouco importante	
Um factor (predominante a Pobreza)	50	2	-	-	52 (35,1%)
Dois factores (predominante a pobreza e o local de residência)	29	6	-	1	36 (24,3%)
Mais de três factores (inclui a pobreza, local de residência, género e etnia)	46	2	1	-	49 (33,1%)
Múltiplos factores (inclui a corrupção, deficiência, conflitos armados, desastres naturais, acesso às tecnologias)	11	-	-	-	11 (7,4%)
<i>Total</i>	136 (91,9%)	10 (6,8%)	1 (0,7%)	1 (0,7%)	148 (100%)
χ^2					12,984
<i>P</i>					0,163

Legenda: (%) - percentagem; (χ^2) - qui-quadrado de Pearson; *P* - nível de significância estatística

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos na pesquisa

Não obstante existir pequena parcela de estudantes que julga não ter importância abordar as desigualdades na educação moçambicana, com particular enfoque nas universidades, os resultados mostraram-se estatisticamente semelhantes, corroborando com o estudo de Santana (2013) que revela que entre os conhecimentos e as atitudes de estudantes universitários sobre a inclusão da pessoa com deficiência na universidade, não havia diferenças estatisticamente significativas entre dois grupos analisados.

Estes resultados permitem cogitar que, independentemente dos fatores existentes para as desigualdades no acesso à educação, uma vez presentes exercem um peso que influencia negativamente nos indivíduos, por isso, emprestando a ideia de se dispensar a análise da importância ou não de se abordar a temática nas universidades, sendo, para o efeito, inquestionável a necessidade de todas as organizações e forças

vivas, incluindo as Instituições de Ensino Superior encontrarem soluções para sua redução e/ou eliminação.

Conclusões

Neste estudo, cujo objetivo era de averiguar os conhecimentos e as atitudes dos estudantes universitários em relação às desigualdades no acesso à educação em Moçambique, perspectivando trilhar um caminho conducente a produção de saberes valiosos para a criação de políticas públicas e ações de promoção de um acesso mais equitativo à educação, ressaltam as seguintes conclusões:

- i) Ainda que a predisposição para responder a questionários de pesquisa conduzidos em plataformas *online* para estudantes universitários se restrinja, maioritariamente, em jovens do sexo feminino, que se encontram na faixa etária de maior concentração em cursos de graduação, as suas respostas tem validade e grande qualidade interpretativa sobre o fenómeno em análise, ou seja, não obstante terem participado mais jovens que adultos nesta pesquisa e estarem a frequentar um curso de graduação, as suas respostas conferem um valor preditivo de extrema importância para a formulação de políticas consentâneas com o problema identificado;
- ii) O estudo confirma as disparidades regionais de acesso aos recursos no geral e em particular os digitais, asseverando a ideia das desigualdades determinadas pela pobreza, que se localiza de forma acentuada nas zonas rurais, sobretudo quando avaliado pela notável diferença de respondentes das zonas mais urbanizadas em relação aos que residem em zonas rurais;
- iii) As desigualdades no acesso à educação reveladas pelos participantes da pesquisa parecem exercer uma grande influência na qualidade da educação e de vida dos moçambicanos;
- iv) Os estudantes universitários revelaram conhecimentos profundos e detalhados, incluindo o domínio dos principais fatores que determinam as desigualdades no acesso à educação em Moçambique. Note-se que

mais de 90% dos estudantes destacou a pobreza, a localização residencial, o gênero e a etnia, como sendo os fatores que mais determinam as desigualdades. A outra parcela de estudantes aponta para fatores múltiplos que, para além dos já referenciados, incluem a corrupção, os desastres naturais, os conflitos armados entre outros;

- v) A maioria dos estudantes referiu que reconhecia a importância de não se ficar em silêncio em relação às desigualdades no acesso à educação e destacou que as Instituições de Ensino Superior têm um papel fundamental na busca de soluções para a redução deste problema social, demonstrando, claramente, atitude positiva em relação às suas responsabilidades e participação como estudantes do ensino superior na busca de soluções
- vi) Ainda, mais que a metade dos estudantes que revelou já ter tido contacto com desigualdades no acesso à educação, demonstrou capacidades cognitivas, afetivas e comportamentais de busca de soluções, ao avançar com propostas que o governo e outras entidades podem desenvolver para a redução e/ou eliminação das desigualdades de acesso à educação.

Finalmente, o estudo revelou que, independentemente do grau de importância que se possa atribuir aos fatores para as desigualdades, todos eles exercem uma força negativa e segregacionista, que influencia na qualidade e no acesso à educação dos estudantes, sobretudo para os mais desfavorecidos financeiramente.

Referências Bibliográficas

ABÚ, C. T. **Análise comparativa das políticas de educação em Moçambique e no Brasil: semelhanças e diferenças.** UDZIWI, Revista de Educação da Universidade Pedagógica, 26 de Dezembro: 122-140. 2016.

ANDRES, F. C.; ANDRES, S. C.; MORESCHI, C.; OST, S. R. e FERST, M. F. **A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica: relato de experiência.** Research, Society and Development, 9 (9): 2 - 7. 2020. doi:DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7174>.

AUTORES. 2020.

- BONDE, R.A. e MATAVEL, P. A. O Financiamento da Educação em Moçambique e seus Desafios. **Educação e Realidade** 41: 1-14. 2022. doi:http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236119894vs01.
- CAMBAZA, E. Desigualdade de Género no Acesso aos Serviços de Saúde em Moçambique. **Revista Moçambicana de Ciências de Saúde** 9 (1): 13-14. 2023.
- CHAHINI, T. H. C. Atitudes sociais em relação à inclusão de alunos (as) com deficiência na educação superior. **Interfaces da Educação**. 7 (19): 314-328. 2016.
- FILHO, J. M. S.; COSTA, P. A. D. e SILVA, D. O. Conhecimentos, atitudes e práticas de estuantes universitários relacionados infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Foco** 18 (3): 1-24. 2025. doi:10.54751/revistafoco.v18n3-015.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular de Moçambique**. Maputo: Governo de Moçambique. 1975.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Plano de Acção para a Redução da Pobeza Absoluta**. Maputo: Governo de Moçambique. 2001.
- MACHADO, F. L. **Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas**. *Mulemba*, Revista Angolana de Ciências Sociais. 9: 297-318. 2015.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global. 2000.
- MELO, C. E.; SUBUHANA, C. O Acesso à Educação Formal como Alternativa às Desigualdades de Género em Moçambique. **Revista África e Africanidades, Ano XIII** (35). 2020.
- MGN CONSULTORIA. **Desigualdade social: causas, consequências e soluções**. Acedido em 20 de Junho de 2025. 2025. <https://mgnconsultoria.com.br/desigualdade-social/#:~:text=A%20pobreza%20%C3%A9%20uma%20das%20consequ%C3%Aancias%20mais,Isso%20leva%20a%20dificuldades%20no%20acesso%20a:>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano Estratégico da Educação 2020- 2029**. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. 2020. www.mined.gov.mz.
- MOTA, J.S. Utilização do Google Form na pesquisa académica. **Revista Humanidades e Inovação** 6 (12): 372-380. 2019.
- NEVES, Paulo S. C., LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação** 12 (34): 17-38. 2007.
- OSÓRIO, C.; MACUACUA, E. **Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos**. Construindo identidades de género. Maputo: WLSA Moçambique. 2013.

PEDROSO, R. S.; RESENDE, D. V.; ASSIS, D. C.; OLIVEIRA, J. C.; ELIAS, M. A.; PEREIRA, N. V.; BORGES, T. F. e FAQUIM, J. P. S. Conhecimento, atitude e percepção de estudantes da educação profissional de uma escola técnica de saúde acerca da pandemia de COVID-19: estudo transversal. **Research, Society and Development** 10 (14): 1-11. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21521.

QUIMUENHE, A. **História da Educação Moçambicana no Século XX: Lei 4/83 e 6/92 do Sistema Nacional de Educação.** RCE 3: 1-14. 2018.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Lei 18/2028 Regime jurídico do sistema nacional de educação de Moçambique.** Boletim da República, 28 de dezembro: 1-8. 2018.

–.Lei n.º 1/2023: **Lei que estabelece o regime jurídico do Subsistema do Ensino.** Boletim da República, 17 de Março: 603-614. 2023.

–.Lei número 27/2009: **Lei do Ensino Superior.** Boletim da República, 29 de Setembro: 1-17. 2009.

RIBEIRO, C. R. M. **A desigualdade no acesso a uma educação de qualidade em Moçambique e a proposta de um novo conceito de escola comunitária: estudo de caso.** Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2015.

SANTANA, E. S. **Atitudes de estudantes universitários frente a alunos com deficiência na UNESP de Presidente Prudente.** Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP de Presidente Prudente, Marília - SP: Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista. 2013.

SANTOS, C. **Violência contra mulher: conhecimentos, atitudes e práticas de estudantes de graduação em enfermagem.** Centro de Ciências de Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1-112. 2024.

SANTOS, E. S. **Desigualdade Social e Inclusão Digital no Brasil.** Brasil. 2006.

SOUSA, P. C. S. e SOUSA, Y. V. S. Principais desafios e recomendações na concepção, implementação e avaliação de Políticas Educativas em Moçambique. **e-Acadêmica** 6 (1): 1-7. 2025.

TEIXEIRA, E. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica.** Importância e desafios em estudos organizacionais. Editora Unijuí 1 (2): 177-201. 2003.

UNESCO. **Educação para Todos: Global Monitoring Report 2020.** Paris, França: Unesco. 2020.

WORLD BANK GROUP. **Moçambique: Relatório Analisa Pobreza e Suas Causas e Avança Recomendações.** Maputo, Moçambique. 2016. Acedido em 20 de Junho de

2025. <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward.print>.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 17/02/2026

Aceito em: 23/03/2026

Publicado em: 16/05/2026